

NEGÓCIOS INICIATIVAS SEGUROS EM PORTUGAL

A longevidade implica pensar o futuro

Houve alterações demográficas ao longo do tempo, “as nossas estruturas organizacionais e mentais mantiveram-se quase congeladas. Continuamos a pensar da mesma forma, que é anterior ao processo de envelhecimento”.

FILIPE S. FERNANDES

Há um conceito que começa a fazer mais sentido que é o de longevidade em vez de envelhecimento. “Com o envelhecimento está-se a olhar atrás, para o número de anos que já se viveram. Com a longevidade, a ideia é deixarmos de estar tão agarrados ao passado e pensarmos no que nos falta viver. O conceito de longevidade significa uma alteração de perspectiva porque passamos a pensar no futuro, no que se tem de fazer, no futuro de vida que ainda temos pela frente”, referiu Maria João Valente Rosa, professora auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, no pequeno-almoço que se realizou no Pestana Palace Hotel, no âmbito da iniciativa “Seguros em Portugal”, para debater o envelhecimento.

O evento contou com a participação de Maria João Valente Rosa, professora auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Valdemar Duarte, diretor-geral da Ageas Pensões, Gonçalo Saraiva Matias, presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Fundação Francisco Manuel dos Santos, Pedro Esperto, responsável pela oferta sénior do Grupo Ageas Portugal e Paula Guimarães, coordenadora do Projeto Autarquias que Cuidam do IPAV. Maria João Valente Rosa começou por elencar as razões que estão na base de alguns problemas que se estão a sentir na sociedade portuguesa. “No envelhecimento, Portugal não está sozi-



Vitor Chi

Valdemar Duarte, Gonçalo Saraiva Matias, Maria João Valente Rosa, Paula Guimarães, João Maia Abreu e Pedro Esperto debateram o envelhecimento.

nho, mas acompanhado pela Europa e até pelo mundo”. A professora auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL adianta que as causas do envelhecimento têm a ver com conquistas sociais importantes que se fizeram essencialmente sobre a morte, mas não só. “No passado, Portugal era um dos países menos envelhecidos na Europa pelas piores razões: morríamos cedo, éramos pouco desenvolvidos e qualificados, com níveis de fecundidade elevados tínhamos muitas crianças que eram uma fonte de mão de obra, portanto, estávamos

com níveis de envelhecimento bastante baixos”.

Por outro lado o envelhecimento é visto de uma forma negativa mas quando se olha para a longevidade depois da reforma, hoje vive-se mais de 20 anos depois dos 65 anos. “Ganharam-se anos de vida, mas essa não foi igualmente repartida e não vivemos com a mesma qualidade de vida nas várias fases, mas passamos a ter mais tempo para ser velhos”. Além disso não se trata de uma história final porque interessa a todos, desde as crianças aos jovens, aos adultos e aos mais ve-



O esgotamento do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social é um é o icebergue, a questão é quando é que começamos a ficar debaixo de água.

VALDEMAR DUARTE
Diretor-geral da Ageas Pensões

Portugal perdeu população entre 2010 e 2019 consistentemente pelas duas possíveis. Morria mais gente do que nascia e saía mais gente do que entrava.

GONÇALO SARAIVA MATIAS
Presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos



lhos, pois, como sublinhou, “50% das crianças que nascem hoje em Portugal têm hipótese de ultrapassar a barreira dos 100 anos”.

Governar para as gerações

Com o desenvolvimento económico, social, Portugal começou a ter um perfil de população semelhante aos países europeus. Mas se houve alterações demográficas ao longo do tempo “as nossas estruturas organizacionais e mentais mantiveram-se quase congeladas. Continuamos a pensar da mesma forma, que é anterior ao processo de envelhecimento”.

Na opinião de Maria João Valente Rosa, está na “altura de mudar a forma de estar em sociedade, o que se aplica tanto à Segurança Social como à forma de viver e de estar, porque as exigências são outras. A ideia é mudar em termos sociais, culturais, organizacionais, e para isso é preciso pensar também como vai ser no futuro”. Mas estas mudanças implicam riscos que os políticos e as suas políticas públicas não querem assumir. Como diz Maria João Valente Rosa, “não se devia governar para as próximas eleições mas para as próximas gerações”.

Os desafios são muito mais transversais do que o envelhecimento, defendeu Gonçalo Saraiva Matias, presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Referiu-se ao grande desafio da estrutura demográfica portuguesa. “Portugal perdeu população entre 2010 e 2019 consistentemente pelas duas possíveis. Morria mais gente do que nascia e saía mais gente do que entrava. Isto não é sustentável e possível para ter um país a crescer que está a envelhecer e a perder população numa faixa etária ativa. Só se conseguiu inverter ligeiramente a tendência a partir de 2019 pela via da imigração”, afirmou Gonçalo Saraiva Matias.

Acrescentou que “o saldo natural tem vindo sempre a piorar, nunca conseguiremos corrigir o problema da natalidade pelo saldo natural. O único instrumento que temos e os dados mostram isso, é a imigração. As políticas de natalidade demoram gerações a produzir efeitos, as políticas de imigração podem ter um efeito imediato, porque estão em idade ativa e fértil e portanto também podem contribuir para a própria natalidade”, concluiu Gonçalo Saraiva Martins. ■

“Não temos cultura de antecipação”

Nos países de grande poupança para a reforma existem estímulos fiscais fortes, e ainda outros incentivos, alguns dos quais implicam a transferência de contribuições do Estado para as contas individuais de poupança-reforma.

“Estamos a viver um conjunto de crises, de volatilidade e o envelhecimento é das coisas mais previsíveis. Nesta ótica de longo prazo é um tema que já vem de trás e que vai atravessar o futuro porque a esperança média de vida para alguém que tem 65 anos é superior a 20 anos e vai subir para 25 anos”, disse Pedro Esperto, responsável pela oferta sénior do Grupo Ageas Portugal.

Na sua opinião, “não temos a cultura da antecipação, tanto o Estado como as pessoas. Temos dificuldades em lidar com o futuro e com o longo prazo, que é muito abstrato e muito longínquo, é uma dificuldade do ponto de vista cultural e preferimos o mais concreto, o dia de hoje”.

A longevidade comporta desa-

vios económicos, sociais, financeiros, mas para Pedro Esperto, Portugal pode não ser um país para velhos hoje, mas tem todas as condições para o ser no futuro. Explicou que na Ageas foi constituída “uma equipa para estudar o problema e para promover o debate”. Como disse Valdemar Duarte, diretor-geral da Ageas Pensões, “criámos uma área para a longevidade e o que pretendemos é ter um conjunto de serviços que permitam às pessoas ter qualidade de vida”.

Pedro Esperto salientou que nas questões da longevidade “há um défice de comunicação porque há consciência do problema mas não se está a chegar à opinião pública”. Alertou que “o envelhecimento não é uma questão dos ve-

lhos, é uma questão de rede, de quem os apoia, a estrutura familiar, e que coloca questões como os cuidadores que muitas vezes deixam de trabalhar para cuidar dos seus com as consequentes perdas de produtividade para a sociedade”.

70% em depósitos bancários

Na abordagem à longevidade Ageas identificou quatro macro-necessidades: a saúde, o bem-estar, o rendimento, e a proteção. Se nos dois primeiros há identificação de problemas e das necessidades e algumas respostas, nos dois últimos há muitas questões pendentes.

Para Pedro Esperto o rendimento é neste contexto visto numa dupla perspetiva, a da poupança a fazer-se e a de quem já



O evento serviu para partilhar opiniões e soluções sobre o envelhecimento.

poupou e está na idade da reforma. Neste caso, o que fazer com essa poupança acumulada.

“A literacia financeira é muito importante quer na componente da preparação para a reforma, o que fazer com o dinheiro porque, com a atual longevidade, é muito tempo para ter o dinheiro parqueado em depósitos bancários com as taxas de juro que têm, que representa mais de 70% da poupança”, afirmou Pedro Esperto.

No capítulo da poupança, Valdemar Duarte referiu-se ao produto de reforma pan-europeu (PEPP), cuja regulamentação está a ser preparada pelo Governo e tem “expectativas que objetivamente vise promover a poupança”. Esclareceu ainda que nos países

em que há uma forte poupança, existe uma de duas coisas ou até as duas: “Um forte estímulo fiscal e estímulos de outra ordem em que, por exemplo, o Estado entrega para contas individuais valores canalizados do Orçamento de Estado. Há uma mensagem clara para a necessidade de poupança.”

A componente de proteção é crítica porque inclui a proteção financeira, contra acidentes “pois somos um país com bastantes acidentes em casa, na rua, contra perdas de autonomia, com o AVC, e que muitas vezes com isolamento ainda têm de lidar com estas perdas de autonomia, proteção nas doenças crónicas e comorbilidades”, considerou Pedro Esperto. ■

FILIPE S. FERNANDES

Há um problema de falência do sistema porque faltam respostas

“As pessoas não estão apenas preocupadas com pensões, as pessoas querem serviços, com respostas concretas. Temos um problema muito sério de falência do sistema porque faltam respostas”, considera Paulo Guimarães.

“Há uma ausência total de visão integrada e holística das políticas públicas sobre a longevidade. O que existe são medidas avulsas, desconectadas, inconsistentes, temos um enquadramento jurídico de pouca qualidade”, considerou Paula Guimarães, coordenadora do Projeto Autarquias que Cuidam do IPAV. No seu balanço considerou que “a última legislação que veio a público nos últimos três anos é catastrófica, do ponto de vista da descoordenação, das lacunas. Foram aprovados, por exemplo, dois regimes que não se entendem entre si, o re-

gime do maior acompanhado e o estatuto do cuidador informal”.

Acentuou a urgência da mudança que deve ir além da mudança nas prestações sociais do regime contributivo e não contributivo do sistema previdencial, e enfrentar “os problemas muito sérios com o sistema de cidadania e com o sistema de ação social”, salientou Paula Guimarães. Acrescentou que “as pessoas não estão apenas preocupadas com pensões, as pessoas querem serviços, com respostas concretas. Temos um problema muito sério de falência do sis-

tema porque faltam respostas”.

Paula Guimarães pede coragem política. “Precisamos de mudar as políticas de cooperação, as respostas sociais não podem continuar a ser geridas por dirigentes voluntários com boas intenções, a maior parte, sem qualquer capacidade para gerir o quer que seja. Não podemos continuar a ter respostas sociais completamente idadistas, fechadas em si próprias, pouco flexíveis, definidas há 20 anos e que não sofreram nenhuma alteração”, disse Paula Guimarães.

As próximas gerações

Na sua análise, as mudanças deveriam ter em conta “o que é que se pode fazer agora para as pessoas mais velhas, que estão a atravessar o caminho das pedras do que é envelhecer em Portugal”. A outra vertente nas mudanças é a longevidade no futuro. “O perfil das pessoas envelhecidas no futuro será diferente, não necessariamente melhor, porque as pessoas têm expectativas de viver a longevidade de uma forma diferente mas não vamos ter condições financeiras e não vão conseguir viver nas estruturas sociais e nos equipamentos que existem neste momento”, alerta Paula Guimarães.

“A maior parte das pessoas não pensa no futuro, somos um povo de

cigarras, não temos a noção de que temos de planear o futuro em várias vertentes desde a financeira à jurídica, a habitação, da relação social”, disse Paula Guimarães. Deu o exemplo do testamento vital, que foi aprovado em 2012, e só foi utilizado por quarenta e quatro mil cidadãos.

Paula Guimarães defende que se tem de educar as pessoas para a longevidade, de fazer o seu empoderamento, ensinando-as a fazer planos de poupança-reforma, seguros para a longevidade, a fazer opções financeiras para a sua própria proteção, ensinar a desenvolver as suas relações sociais, a planear o futuro através de mandatos quanto ao acompanhamento. ■

FILIPE S. FERNANDES